



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
6ª Vara Federal Cível da SJDF

SENTENÇA TIPO "B"

PROCESSO: 1022779-77.2022.4.01.3400

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

POLO ATIVO: MUNICIPIO DE ANANAS

REPRESENTANTES POLO ATIVO: ANA VICTORIA DELMIRO MACHADO - PA30570, LUIZ SERGIO PINHEIRO FILHO - PA012948 e ADRIANO BORGES DA COSTA NETO - PA23406

POLO PASSIVO: UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

Trata-se de ação de conhecimento, com pedido de tutela de urgência, ajuizada por MUNICÍPIO DE ANANAS contra a UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), com o objetivo de condenar a Ré a repassar-lhe o montante relativo ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM, sem a dedução de valores relativos ao PIN (Programa de Integração Nacional) ao PROTERRA (Programa de Retribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste) e aos demais incentivos fiscais, isto é, de acordo com o produto bruto da arrecadação, e a restituir-lhe o valor das verbas não repassadas a esse respeito, observada a prescrição quinquenal.

Em síntese, alega que a parte destinada para o FPM totaliza o percentual de 23,5% (vinte e três inteiros e cinco décimos por cento) do produto da arrecadação do IPI e IR, consoante previsto na Constituição Federal, cabendo à União 53% (cinquenta e três por cento) do produto da arrecadação dos referidos impostos.

Sustenta que deste último percentual é que deve a União conceder incentivos, o que, no entanto, não tem ocorrido.

Aduz que a desoneração dos impostos que compõem o FPM, em especial dos valores dos referidos programas, repercute direta ou indiretamente na constituição do Fundo, causando-lhe sérios prejuízos, visto que está recebendo seus repasses em percentual inferior ao determinado pela Constituição.

Inicial instruída com documentos.

Custas não recolhidas, ante a isenção prevista no art. 4º, inciso I, da Lei nº 9.289/1996.

A análise do pedido de tutela de urgência foi diferida para permitir o prévio contraditório.



Em sua contestação, a Ré requereu a improcedência dos pedidos, rebatendo as alegações contidas na exordial, à exceção do PIN e do PROTERRA.

É o relatório.

Decido.

Não havendo necessidade de instrução probatória, passo ao julgamento antecipado do mérito, na forma do art. 355, inciso I, do CPC.

Os tributos que compõem a formação dos fundos de participação dos Estados e dos Municípios são exações cuja competência para a instituição e arrecadação pertence à União Federal, nos termos do art. 153, incisos III e IV, da Constituição.

A definição do modo de incidência do tributo é discricionária, uma vez que resulta da decisão política do titular da competência para criá-lo e cobrá-lo, enquanto o percentual da partilha de seu produto entre os demais entes da federação é vinculado, pois previsto expressamente no art. 159, inciso I, alínea "b", da Constituição.

O dispositivo constitucional estabelece que os Municípios devam receber 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) do IR e do IPI.

Para viabilizar a distribuição a cada Município dos valores devidos, a Constituição instituiu o Fundo de Participação dos Municípios, tendo a Emenda Constitucional nº 55/2007 previsto ainda o repasse de 1% (um por cento) da arrecadação dos referidos impostos a este, no mês de dezembro de cada ano. [\[1\]](#)

Decorre do dispositivo que a transferência constitucional de receitas tributárias para os Municípios é composta de 23,5% (vinte e três inteiros e cinco décimos por cento) do IR e do IPI efetivamente arrecadado pela União.

Nesse *quantum* estão incluídos a correção monetária, os juros e as multas incidentes sobre os referidos impostos, mas não os incentivos fiscais, isenções e deduções concedidas pelo titular da competência tributária ou as verbas excluídas pela Constituição Federal.

Isso porque as isenções, os incentivos e deduções fiscais não são considerados receita, por não ingressarem no patrimônio da União, não podendo, portanto, ser classificados como valor arrecadado.

Por isso, a pretensão da parte autora de que o cálculo de sua cota parte no FPM seja constituído em razão do produto da arrecadação bruta do IR e do IPI, ou seja, sem a dedução do montante correspondente aos incentivos fiscais concedidos pela União, é improcedente.

Vale acrescentar que a partilha de recursos arrecadados pelas pessoas políticas (União, Estados e Municípios) pode ser realizada de duas formas: direta e indireta. A primeira ocorre quando a relação entre os entes federativos se dá sem intermediários; a segunda, quando são formados fundos aos quais afluem parcelas de receitas de dados impostos.

A partilha de receitas de IR e IPI realizada pela União enquadra-se na modalidade indireta, não havendo que se falar em propriedade dos Municípios sobre o produto da arrecadação destes impostos.

Já a participação dos Municípios sobre o ICMS recolhido pelo Estado ocorre de forma direta,



havendo propriedade daquele sobre a parcela do imposto, consoante art. 158 da CF.

Tais considerações são necessárias para que se conclua pela inaplicabilidade do Recurso Extraordinário nº 572.762/SC.

Isso porque o precedente versa sobre a partilha direta de receitas tributárias, consistente no direito do Município à parcela do ICMS do Estado, e não sobre participação indireta, em que o ente titular da competência tributária abre mão de parte de sua arrecadação e a destina para o fundo de participação.

Além disso, o caso analisado pelo Supremo Tribunal Federal trata do diferimento do ICMS apurado em determinada competência pelo Estado de Santa Catarina, em virtude de programa de incentivo fiscal, sem repasse imediato da parcela destinada aos Municípios. O produto da arrecadação do ICMS ingressava na receita contábil do Estado, sendo apurado e declarado em determinada competência, mas só era repassado ao Município quando efetivamente pago.

No presente feito, repita-se, não há ingresso de receitas nos cofres da União, tampouco o diferimento do repasse dos tributos arrecadados em decorrência de isenções e programas de incentivo fiscal.

Por fim, anoto que o entendimento expendido está em consonância com a posição do Supremo Tribunal Federal firmada em sede de repercussão geral. Segue transcrição da ementa do julgado:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO. FEDERALISMO FISCAL. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – FPM. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS. REPARTIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS. COMPETÊNCIA PELA FONTE OU PRODUTO. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. AUTONOMIA FINANCEIRA. PRODUTO DA ARRECADAÇÃO. CÁLCULO. DEDUÇÃO OU EXCLUSÃO DAS RENÚNCIAS, INCENTIVOS E ISENÇÕES FISCAIS. IMPOSTO DE RENDA - IR. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS – IPI. ART. 150, I, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.

1. Não se haure da autonomia financeira dos Municípios direito subjetivo de índole constitucional com aptidão para infirmar o livre exercício da competência tributária da União, inclusive em relação aos incentivos e renúncias fiscais, desde que observados os parâmetros de controle constitucionais, legislativos e jurisprudenciais atinentes à desoneração.
2. A expressão “produto da arrecadação” prevista no art. 158, I, da Constituição da República, não permite interpretação constitucional de modo a incluir na base de cálculo do FPM os benefícios e incentivos fiscais devidamente realizados pela União em relação a tributos federais, à luz do conceito técnico de arrecadação e dos estágios da receita pública.
3. A demanda distingue-se do Tema 42 da sistemática da repercussão geral, cujo recurso-paradigma é RE-RG 572.762, de relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, julgado em 18.06.2008, DJe 05.09.2008. Isto porque no julgamento pretérito centrou-se na natureza compulsória ou voluntária das transferências intergovernamentais, ao passo que o cerne do debate neste Tema reside na diferenciação entre participação direta e indireta na arrecadação tributária do Estado Fiscal por parte de ente federativo. Precedentes. Doutrina.
4. Fixação de tese jurídica ao Tema 653 da sistemática da repercussão geral: “É constitucional a concessão regular de incentivos, benefícios e isenções fiscais relativos ao **Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados** por parte da União em relação ao Fundo de Participação de Municípios e respectivas quotas devidas às



Municipalidades.”

5. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (STF, Tribunal Pleno, RE 705423, Rel. Min. EDSON FACHIN, DJ 05.02.2018).

[grifou-se]

Contudo, há de se observar que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal analisou tão somente a concessão de incentivos relativos ao IR e ao IPI, mas não quanto aos programas indicados na inicial, em relação aos quais o pedido há de ser acolhido.

Como razões para decidir, transcrevo a seguir o voto proferido pelo Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa, relator da apelação nº 1013537-02.2019.4.01.3400, que bem elucida a diferença entre os assuntos em análise: [\[2\]](#)

Quanto ao mérito da apelação, em processos de minha relatoria acerca da questão ora debatida, vinha decidindo de acordo com o julgamento realizado pelo egrégio Supremo Tribunal Federal, sob o regime de repercussão geral da matéria (RE 705.423/SE), no qual restou fixado o entendimento no sentido de ser constitucional a concessão regular de incentivos, benefícios e isenções fiscais relativos ao Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados por parte da União, em relação ao FPM e respectivas quotas eventualmente devidas aos municípios.

Entretanto, em face do que decidido pelo STF na ACO 758/SE, entendo que é o caso de alterar o meu entendimento, mesmo porque há diversas decisões monocráticas no âmbito da Suprema Corte estendendo a orientação firmada na aludida ACO para os casos envolvendo o FPM.

Sob esse prisma, do voto condutor do acórdão da lavra do eminente Ministro Marco Aurélio, na ACO 758/SE, extraio, por pertinentes, os seguintes trechos: "O conflito de interesses envolve receita compartilhada. Consoante dispõe o artigo 159, inciso I, alínea 'a', da Carta Federal, a União entregará ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal 21,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados. Vê-se que a premissa do mencionado preceito é única. Da arrecadação dos aludidos impostos, tal como previsto no figurino constitucional e legal específico, há divisão, destinando-se aos Estados a percentagem de vinte e um inteiros e cinco décimos. Sob pena de esvaziamento do que estabelecido no Diploma Maior, as balizas a serem respeitadas estão bem definidas e dizem respeito - repito - à regência dos tributos, não se podendo considerar políticas outras norteadas pelo interesse da União. Mostra-se sintomático que o § 1º do citado artigo da Carta de 1988 discipline o cálculo a se fazer e, de forma exaustiva, disponha sobre exclusão de certa parcela ligada à técnica de arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza. É que a quota-parte alusiva ao desconto na fonte referentemente a servidores dos Estados e do Distrito Federal – artigo 157, inciso I - e dos Municípios - artigo 158, inciso I -, porque procedido pelas próprias unidades da Federação, não entra em tal cálculo. Em síntese, a única possibilidade de desconto agasalhada constitucionalmente concerne a essas parcelas, não cabendo admitir o aditamento à Carta, mediante legislação ordinária, para chegar-se a subtrações diversas, esvaziando-se o objetivo da norma, que outro não é senão a transferência do que arrecadado pela União, no percentual referido, com imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados. A consideração de outras parcelas para desconto pressupõe emenda constitucional à Carta, como veio a ocorrer quanto ao Fundo



Social de Emergência, instituído por meio da Emenda Constitucional de Revisão nº 1. Assim, o que arrecadado pela União, mediante sistema conducente à diminuição do que devido a título de imposto sobre a renda, presentes os programas PIN e Proterra, destinados a financiar despesas públicas, não pode, sob o ângulo negativo, ser distribuído entre os Estados. Vale frisar, por oportuno, que em jogo estão programas federais e não estaduais. O primeiro – PIN – para financiar o plano de obras de infraestrutura nas áreas de atuação da Sudene e da Sudam, promovendo a integração dessas áreas à economia nacional. O segundo – Proterra – tem como objetivo a redistribuição de terras e o estímulo à agroindústria do Norte e do Nordeste. Ressalto, mais uma vez, o resultado das incidências. Altera-se, em última análise, a rubrica, em termos de receita, do que devido pelas pessoas jurídicas a título de imposto sobre a renda, vindo-se a fatiar o bolo, com subtração de parcela, a ser alvo do compartilhamento. A entender-se de forma diversa, ficará aberta a porta a que, ao sabor de certa política governamental, venha a União a esvaziar o preceito do artigo 159, inciso I, alínea “a”, da Constituição Federal bem como outros que versem a partilha do que arrecadado a título de tributo. (...). O enfoque se mostra apropriado no que, por meio dos programas PIN e Proterra, a União, procedendo mediante diplomas que não têm envergadura constitucional, acabou por solapar, por diminuir, o valor que deveria ser considerado para efeito da divisão imposta pela Carta Federal.”

O eminente Ministro Ricardo Lewandowski, acompanhando o Relator, bem resumiu a questão nos seguintes termos: “Eu estou entendendo, também, com a devida vênia, assim como o eminente Relator, que os programas PIN e PROTERRA foram introduzidos no mundo jurídico, mediante normas infraconstitucionais, diminuindo o valor a ser recebido pelos Estados, mediante o fundo de participação dos Estados previsto no artigo 159, I, a, da Carta Magna. Portanto, acompanho o eminente Relator, dando pela procedência da ação.”

Saliento, ainda, como já dito, que, no âmbito da Suprema Corte, há diversas decisões monocráticas dando provimento a recursos extraordinários interpostos por municípios pleiteando afastar as deduções referentes ao PIN e ao PROTERRA dos valores relativos ao Fundo de Participação dos Municípios, decisões essas que têm com fundamento justamente o entendimento firmado pela Corte na ACO 758/SE. A título exemplificativo, cito: RE 1214790/PE, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe 1º/10/2019; RE 736492/PE, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe 27/11/2018; RE 765136/PE, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 26/10/2017.

De se ressaltar que os demais Fundos em referência nesta ação (FINOR, FINAM, FUNRES e FCEP) também foram criados por normas infraconstitucionais, pelo que, na linha do que consignado no voto divergente e consoante a jurisprudência do STF, não devem ter os seus valores deduzidos dos repasses feitos pela UNIÃO aos municípios a título do FPM.

[...]

Nesse sentido, segue julgado da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal:

E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO – FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO IR E DO IPI (CF, ART. 159, I, “B” E “D”) – DEDUÇÃO DOS VALORES RELATIVOS AO PIN (PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL) E AO PROTERRA (PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E DE ESTÍMULO À AGROINDÚSTRIA DO NORTE E DO NORDESTE) – IMPOSSIBILIDADE – DECISÃO QUE SE AJUSTA À JURISPRUDÊNCIA PREVALECENTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – CONSEQUENTE



INVIABILIDADE DO RECURSO QUE A IMPUGNA – SUBSISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS QUE DÃO SUPORTE À DECISÃO RECORRIDA – SUCUMBÊNCIA RECURSAL – MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA – PRECEDENTE (PLENO) – NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES ESTABELECIDOS NO ART. 85, §§ 2º E 3º DO CPC – AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. (STF, 2ª Turma, RE 1075421 AgR, Relator Ministro CELSO DE MELLO, DJ 09.10.2020).

Acompanhando tal precedente, confira-se recente julgado do Tribunal Regional Federal da 1ª Região:

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DE MUNICÍPIOS - FPM. DEDUÇÃO DAS DESONERAÇÕES FISCAIS SOBRE IR E IPI. POSSIBILIDADE. DECISÃO DO STF NO RE 705.423/SE, COM REPERCUSSÃO GERAL. DEDUÇÃO DOS VALORES DOS PROGRAMAS DE INCENTIVO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PIN E DO PROTERRA - DAS PARCELAS DO FPM. INDEVIDA. ACO Nº 758/SE. RE 1.075.421 AgR/PE. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SENTENÇA REFORMADA.

1. Das disposições do art. 159 da Constituição Federal verifica-se que o repasse a ser efetuado pela União aos municípios está adstrito ao montante efetivamente arrecadado.

2. Assim, não há inconstitucionalidade nas desonerações sobre o IR e sobre o IPI em relação ao Fundo de Participação de Municípios e respectivas quotas devidas às Municipalidades, por determinação do art. 158 e art. 159 da Constituição Federal.

3. Outrossim, conforme disposto no Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, e no Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, os recursos do PIN e do PROTERRA serão provenientes de dotações orçamentárias, contribuições, transferência de recursos, entre outras fontes, todas de recursos efetivamente arrecadados pela UNIÃO.

4. Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal, em julgamento realizado por seu órgão Plenário (ACO Nº 758), decidiu pelo reconhecimento da impossibilidade de subtração dos valores destinados aos Programas PIN e PROTERRA das parcelas devidas pela UNIÃO aos Estados.

5. Ainda, em recente julgado especificamente quanto aos valores decorrentes do FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS FPM, a Segunda Turma da Corte Constitucional firmou idêntico entendimento adotado na ACO Nº 758/SE. Vejamos: RECURSO EXTRAORDINÁRIO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO IR E DO IPI (CF, ART. 159, I, B E D) DEDUÇÃO DOS VALORES RELATIVOS AO PIN (PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL) E AO PROTERRA (PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E DE ESTÍMULO À AGROINDÚSTRIA DO NORTE E DO NORDESTE) IMPOSSIBILIDADE DECISÃO QUE SE AJUSTA À JURISPRUDÊNCIA PREVALECENTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONSEQUENTE INVIABILIDADE DO RECURSO QUE A IMPUGNA SUBSISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS QUE DÃO SUPORTE À DECISÃO RECORRIDA [...].

6. Com efeito, indevida a dedução dos valores dos incentivos para o desenvolvimento regional da parcela do Fundo de Participação dos Municípios FPM, em conformidade com a legislação e o entendimento jurisprudencial.



Por fim, examino o pedido de tutela de urgência.

A concessão da tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, a teor do art. 300, 'caput', do CPC.

O primeiro requisito está parcialmente presente, conforme acima fundamentado. E o perigo de dano decorre do repasse mensal a menor ao Município Autor, impedindo-se de obter acesso a relevante numerário, destinado à satisfação dos interesses da municipalidade.

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedentes os pedidos** e resolvo o mérito, na forma do art. 487, inciso I, do CPC, para condenar a Ré a repassar ao Município Autor o montante relativo ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM sem a dedução de valores relativos ao PIN (Programa de Integração Nacional) e ao PROTERRA (Programa de Retribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), bem como para condenar a Ré a restituir-lhe o valor das verbas não repassadas a esse título, observada a prescrição das parcelas anteriores ao quinquênio que antecede a propositura desta demanda.

Defiro parcialmente o pedido de tutela de urgência para determinar à Ré que repasse ao Município Autor o montante relativo ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM sem a dedução de valores relativos ao PIN (Programa de Integração Nacional) e ao PROTERRA (Programa de Retribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste).

Incabível condenação em custas, por força da isenção prevista no art. 4º, inciso I, da Lei nº 9.289/1996.

Considerando a sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento dos honorários advocatícios, cujo percentual será fixado quando da liquidação do julgado, a teor dos arts. 85, § 4º, inciso II, e 86, 'caput', do CPC.

Sentença sujeita à remessa necessária, a teor do art. 496, inciso I, do CPC.

Intimem-se.

(datado e assinado digitalmente)

IVANI SILVA DA LUZ

Juíza Federal Titular da 6ª Vara/DF

[1] Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;



b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007\)](#)

[2] Eis a ementa do referenciado julgado:

FINANCEIRO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RITO ORDINÁRIO. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS FPM. BASE DE CÁLCULO. INCLUSÃO DAS DESONERAÇÕES FISCAIS SOBRE IR E IPI. PROGRAMAS PIN E PROTERRA. POSSIBILIDADE. DECISÃO DO STF NA ACO 758/SE. PRECEDENTES DO STF. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL (DECRETO 20.910/1932). ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL. APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL DO MUNICÍPIO AUTOR, TIDA POR INTERPOSTA, PROVIDAS. 1. Tratando-se de matéria atinente a direito financeiro, a prescrição rege-se pelo disposto no Decreto 20.910/1932, que estabelece o prazo prescricional quinquenal para qualquer direito ou cobrança contra a União. 2. "A participação dos Estados, no que arrecadado pela União, faz-se segundo o figurino constitucional, sendo impróprio subtrair valores destinados aos Programas PIN e PROTERRA" (ACO 758/SE, STF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Marco Aurélio, maioria, DJe 1º/08/2017). 3. À vista da jurisprudência do STF, como os programas PIN e PROTERRA foram criados por normas infraconstitucionais, não devem ter os seus valores deduzidos dos repasses feitos pela União aos municípios a título do FPM, cujo percentual foi definido por regra constitucional (art. 159, I, b, CF). O mesmo entendimento aplica-se aos demais Fundos em referência nesta ação (FINOR, FINAM, FUNRES e FCEP), pois também foram criados por normas infraconstitucionais. 4. Atualização monetária do indébito nos termos do Manual de Cálculos da Justiça Federal. 5. Apelação e remessa oficial do Município autor, tida por interposta, providas. (TRF 1ª Região, 8ª Turma, AC 1013537-02.2019.4.01.3400, Rel. Des. Federal MARCOS AUGUSTO DE SOUSA, DJ 10.03.2021).

